

Índice

Notas Explicativas	1
--------------------	---

Notas Explicativas

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra seis casas de espetáculos na América do Sul: Citibank Hall, Teatro Cetip e Teatro Renault, em São Paulo, KM de Vantagem Hall, no Rio de Janeiro, KM de Vantagem Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Allianz, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem a Stockcar o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Demonstrações Financeiras da Companhia compreendem:

- A apresentação das Demonstrações do Valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas a DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração como consequência pelas IFRS essa demonstração esta apresentado como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

- As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado:

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

Notas Explicativas

e) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº15). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

h) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 29).

i) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

j) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº15). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

k) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em períodos anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

o) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

p) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

q) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

r) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

s) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

Notas Explicativas

t) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".

u) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, na seguinte categoria:

Empréstimos e recebíveis: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda ("Non Deliverable Forward - NDF"), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 30) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção ("hedge"), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção ("hedge accounting"). O grupo não possui saldo de operações com instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2017.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

w) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo "Black & Scholes" na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam "vested", ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 33).

Notas Explicativas

x) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

y) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

z) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 31 de dezembro de 2017, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor para 1 de janeiro de 2018, como IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e IFRS 15 (Receitas com clientes), além do IFRS 16 (Contratos de Leasing) que entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019. Em relação ao IFRS 9 e 15, a administração efetuou uma análise dos principais contratos e não identificou divergências significativas que resultará em impactos materiais as demonstrações financeiras.

i) IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos financeiros – Substitui as orientações existentes na IAS 39, exceto para o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, o impacto analisado esperado com a perda estimada com o crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"), na rubrica de clientes não será material em relação à rubrica do Contas a Receber.

ii) IFRS 15 (CPC 47) Receita de contratos com clientes - Substitui as orientações existentes na IAS 18/IAS 11, e determina essencialmente que a receita passe a ser reconhecida, não mais pela transferência de riscos e benefícios ao cliente, mas pela transferência de controle, onde o atingimento de obrigações de performance, reconhecidas ao longo do tempo ou em determinado momento, identificadas nos contratos firmados é determinante para avaliação da contraprestação que a empresa espera receber em troca do controle desses bens ou serviços, e portanto a parcela da receita a ser reconhecida. A IFRS 15 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças que produzam impacto em suas demonstrações financeiras, devido a: (i) todos os critérios para o reconhecimento da receita já são atendidos; e (ii) a Companhia não possui obrigações de desempenho posteriores a entrega dos bens, ou seja, a Companhia satisfaz à obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente em momento específico no tempo.

- Modificações à IFRS 11/CPC 15 – Negócios em conjunto.
- Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras.
- Modificações à IFRS 10 / CPC 36 e IAS 28 / CPC 18 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
- Modificações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos Métodos de Depreciação e Amortização Aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 (pequenas alterações no IFRS 5, IFRS 7 IAS 19 e IAS 34).

aa) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Pronunciamento	Descrição
IFRS 2	Pagamento baseado em ações (i)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (ii)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (ii)
IFRS 16	Arrendamento mercantil (iii)

- (i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
- (ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

A Administração da Companhia esta avaliando essas novas normas e os reflexos decorrentes das alterações serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

Notas Explicativas

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 21). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

d) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras de todas as investidas para a mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na (nota explicativa nº 3). Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2017	2016		2017	2016
Time for Fun Mídia Ltda. ⁽¹⁾	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. ⁽³⁾	-	100,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00			
Ticket Co. SpA	100,00	100,00			
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	60,00	99,99			
Ticketek S.A.C	99,99	99,99			
T4F Entretenimientos Argentina S.A. ⁽⁴⁾	98,29	98,29			
T4F Bizarro Producciones SpA. ⁽²⁾	60,00	60,00			

(1) Atual denominação social da Área Marketing Brasil Ltda alterada em 30 de junho de 2015.

(2) Constituída em 8 de setembro de 2015, no Chile, mediante contrato firmado entre T4F Entretenimento S.A. e Eventos Bizarro SpA na proporção de 60% e 40%, respectivamente.

(3) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu o percentual de minoritários da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos passando a deter 100% das ações. Em 11 de Setembro de 2017 a Aurolights foi incorporada pela T4F Entretenimientos S.A.

(4) Em 30 de novembro de 2015, a Companhia passou a deter controle direto da T4F Entretenimientos Argentina S.A., antes consolidada diretamente na T4F Inversiones S.A mediante capitalização de mútuos.

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos e a receita líquida das controladas diretas e indiretas de 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Controladas:	2017			2016		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	1.386	1.063	-	1.352	1.063	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	-	-	-	18.654	1.783	12.639
Metropolitan Empreendimentos S.A.	13.602	15.465	12.239	7.172	7.783	14.876
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	19.239	4.580	15.916	14.181	3.904	20.572
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	79.493	31.963	39.738	54.884	14.563	43.698
T4F USA Inc.	2.539	3	-	2.428	3	-
Ticket Co. SpA	181.762	174.816	7.799	163.423	157.339	8.236
Vicar Promoções Desportivas S.A.	14.175	5.485	29.625	18.900	8.296	26.220
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	7.823	9.259	15.479	2.223	2.174	1
T4F Bizarro Producciones SpA.	51.647	45.316	91.601	23.924	22.610	65.181
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	42.791	37.238	36.780	14.970	11.416	177.775

Notas Explicativas

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. - tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Bizarro Producciones SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- Ticketek S.A.C. - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase não operacional.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.a) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos (c)	8.234	1.749	20.699	8.989
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	96.967	72.149	139.734	88.303
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	23.105	423	23.359	501
Operação compromissada - DI (b)	7.319	10.647	10.906	25.354
Time deposit (c)	3.317	-	3.317	-
Total	138.942	84.968	198.015	123.147

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Crédito Privado e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 85% a 100% da variação do CDI (88% a 100% em 31 de dezembro de 2016), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 20). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$6.773 (R\$5.724 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

Clientes faturados (i)
 Bilheteria (ii)
 Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)
 Total das contas a receber
 Provisão para créditos de liquidação duvidosa
 Total

Controladora		Consolidado	
2017	2016	2017	2016
25.266	6.483	39.018	20.523
78.409	30.242	103.498	38.136
19.571	9.931	37.691	14.388
123.246	46.656	180.207	73.047
(562)	(230)	(6.014)	(4.859)
122.684	46.426	174.193	68.188

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

A vencer:
 Vencidas:
 Até 30 dias
 De 31 a 60 dias
 De 61 a 90 dias
 De 91 a 180 dias
 Há mais de 180 dias
 Total das contas a receber

Controladora		Consolidado	
2017	2016	2017	2016
118.819	44.902	162.765	62.519
2.852	800	10.074	3.953
586	88	1.156	294
427	636	696	1.781
103	33	(588)	145
459	197	6.104	4.355
123.246	46.656	180.207	73.047

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	230	4.859
(+) Adições	341	1.401
(-) Reversões e baixas	(9)	(246)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	562	6.014

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

IRPJ/CSLL - antecipações
 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF
 Programa de Integração Social - PIS
 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS
 Imposto sobre Valor Agregado - IVA
 Imposto sobre faturamento (i)
 Crédito de imposto de renda de primeira categoria - Chile
 Outros
 Total

Controladora		Consolidado	
2017	2016	2017	2016
12	-	1.695	2.606
257	1.689	7.117	7.032
-	-	19	18
-	-	84	85
-	-	4.983	3.056
-	-	1.132	3.071
-	-	5.830	4.673
2.047	1.567	3.716	3.491
2.316	3.256	24.576	24.032

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Eventos, shows e espetáculos contratados (i)
 Outros
 Total

Controladora		Consolidado	
2017	2016	2017	2016
470	4.105	4.044	8.149
3.251	507	7.335	6.348
3.721	4.612	11.379	14.497

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

Notas Explicativas

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Eventos, shows e espetáculos contratados	23.521	17.665	32.777	22.296
Outros	1.234	971	4.595	3.134
Total	24.755	18.636	37.372	25.430
Circulante	24.755	18.636	37.372	25.430

As parcelas para a apropriação ao resultado para os eventos, shows e espetáculos contratados, têm a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado
1º trimestre de 2018	13.269	21.045
2º trimestre de 2018	3.270	4.590
3º trimestre de 2018	18	177
4º trimestre de 2018	6.217	6.217
A partir de 2019	747	748
	23.521	32.777

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2017	2016
T4F Bizarro Producciones SpA. (i)	10.796	-
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A. (ii)	6.427	4.439
Outros	1.948	2.297
	19.171	6.736

(i) Os valores registrados nesta rubrica referem-se substancialmente a valores creditados a título de participação nos resultados dos eventos realizados pela T4F Bizarro, conforme acordo de acionistas entre T4F Entretenimento SA e Eventos Bizarro.

(ii) Refere-se a valores a receber de terceiros como repasse das vendas de ingressos efetuadas em bilheterias de outros produtores.

13. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

13.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:

	2017			2016		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	950	-	-	950	-	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	-	-	-	-	4.029	(8.348)
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	-	4.308	179	-	3.851	151
F.A. Comércio e Participações S.A.	-	-	-	-	-	2
Metropolitan Empreendimentos S.A. (v)	14.124	-	(5.446)	11.241	-	(5.098)
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	-	-	-	-	-	19
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.098	-	-	589	-	(48)
T4F Chile S.A. (ii)	-	19.194	(798)	-	18.397	1.154
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	-	1.912	(28)	-	1.884	(493)
T4F USA Inc. (iii)	-	2.435	(120)	-	2.323	(44)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	690	-	1.180	486	-	1.091
T4F Peru Entretenimientos S.A. (iv)	3.355	-	(440)	2.104	-	(617)
Total	21.217	27.849	(5.473)	15.370	30.484	(12.231)

Consolidado:

	2017		2016	
	Ativo não circulante	Receita financeira	Ativo não circulante	Receita financeira
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	3.530	647	3.188	151
F.A. Comércio e Participações S.A.	-	-	-	2
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	-	-	-	19
Eventos Bizarro SpA.	4.427	-	3.248	-
Total	7.957	647	6.436	172

(i) Em janeiro de 2015, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional, no montante de R\$12.000. O empréstimo é atualizado anualmente pelo CDI e por juros de 2%.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$700 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 2%.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada T4F Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$6.800 mil, após capitalização o montante passou a ser de US\$2.200 mil. O empréstimo é atualizado anualmente por juros de 7,6%. Em abril de 2017 a companhia assinou novo contrato no montante de US\$800 mil. A taxa anual de atualização correspondente é de LIBOR+3%.

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu para custos da operação no período.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

Notas Explicativas

13.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	2017				2016			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	380	-	-	380	446	-	-	446
Diretores estatutários	4.237	1.645	679	6.561	4.836	2.063	487	7.386
Total	4.617	1.645	679	6.941	5.282	2.063	487	7.832

Consolidado	2017				2016			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	380	-	-	380	446	-	-	446
Diretores estatutários	5.966	1.896	679	8.541	5.507	2.421	487	8.415
Total	6.346	1.896	679	8.921	5.953	2.421	487	8.861

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores na controladora para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2017 foi fixado em R\$11.689 e contempla: i) Remuneração Fixa; ii) Benefícios; iii) Remuneração variável de curto prazo; iv) Remuneração variável de longo prazo e v) Pagamento baseado em ações.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 31 de dezembro de 2017

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	323	34	99,99	34	-	323
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(1.863)	(1.252)	99,99	(1.252)	(1.862)	-
T4F Entretenimentos Argentina S.A.	5.553	2.616	98,29	2.617	-	5.553
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	14.659	5.843	99,99	5.842	-	14.659
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	47.531	3.896	100,00	3.896	-	47.531
T4F USA Inc.	2.536	72	100,00	72	-	2.536
Ticket Co. SpA.	6.946	131	100,00	131	-	6.946
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(1.435)	(1.464)	60,00	(878)	(861)	-
T4F Bizarro Producciones SpA.	6.332	4.462	60,00	2.677	-	3.799
Vicar Promoções Desportivas S.A.	8.689	(1.915)	85,00	(1.628)	-	7.386
Total				11.511	(2.723)	88.733

a.2) 31 de dezembro de 2016

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	289	35	99,99	35	-	289
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	16.871	(322)	100,00	(322)	-	16.871
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(611)	(757)	99,99	(757)	(611)	-
T4F Entretenimentos Argentina S.A.	3.554	5.578	98,29	5.483	-	3.493
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	10.277	7.750	99,99	7.750	-	10.276
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	40.321	3.342	100,00	3.342	-	40.321
T4F USA Inc.	2.425	(144)	100,00	(144)	-	2.425
Ticket Co. SpA.	6.084	247	100,00	247	-	6.084
T4F Peru Entretenimientos S.A.C	49	(1.353)	99,99	(1.353)	-	49
T4F Bizarro Producciones SpA.	1.315	253	60,00	152	-	789
Vicar Promoções Desportivas S.A.	10.604	(4.453)	85,00	(3.785)	-	9.015
Total				10.648	(611)	89.612

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

	Controladora 2017	Controladora 2016
Saldo inicial do investimento líquido	89.001	70.737
Equivalência patrimonial	11.511	10.648
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	3.830	(4.788)
Capitalização de mútuo em controladas	-	21.611
Dividendos de controladas	(1.461)	(9.207)
Baixa de investimento (Incorporação Aurolights). (i)	(16.871)	-
Saldo final do investimento líquido	86.010	89.001
Provisão para perdas em investimentos em controladas	2.723	611
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	88.733	89.612

(i) Baixa de investimento originado na incorporação da Aurolights pela T4F Entretenimento S.A.

Notas Explicativas

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (iv)	(20.002)	(20.002)	(20.002)	(20.002)
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (vi)	-	-	2.521	3.116
Total	110.487	110.487	113.008	113.603

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são as que seguem:

	2017			2016		
	Brasil	Argentina	Chile	Brasil	Argentina	Chile
Cálculo do CAPM & WACC						
Risk Free	2,8%	2,8%	2,8%	2,0%	2,0%	2,0%
Market Risk Premium	6,7%	8,6%	3,9%	5,3%	13,2%	2,9%
Beta	106,0%	106,0%	106,0%	50,0%	50,0%	50,0%
Country Risk (bps)	4,0%	5,9%	1,1%	3,3%	11,2%	0,9%
Inflation	4,0%	15,0%	2,0%	10,5%	16,8%	4,4%
Income Tax Rate	34,0%	35,0%	26,0%	34,0%	35,0%	22,5%
Before Tax Cost of Debt	9,4%	22,0%	5,4%	16,7%	27,0%	5,0%
Kd	6,2%	14,3%	4,0%	11,0%	17,6%	3,9%
Ke	17,8%	32,7%	10,0%	18,4%	36,5%	8,7%
WACC	17,2%	31,8%	9,7%	16,6%	31,8%	7,5%

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

(iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de "Purchase Price Allocation (PPA)". Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.

(vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.

Notas Explicativas**15. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS****a) Composição do imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	187	219
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	76.391	76.000	98.371	98.332
Móveis e utensílios	5.326	4.968	9.720	9.700
Máquinas e equipamentos	14.253	13.985	19.236	37.264
Equipamentos de processamento de dados	7.662	7.510	12.628	12.490
Estruturas	9.100	9.053	9.260	20.971
Veículos	1.002	419	6.196	6.030
Imobilizado em andamento	141	123	144	164
Total	113.875	112.058	155.742	185.170

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(74.266)	(73.797)	(92.960)	(91.992)
Móveis e utensílios	6	(3.963)	(3.339)	(7.637)	(7.030)
Máquinas e equipamentos	12	(9.769)	(9.141)	(13.405)	(23.634)
Equipamentos de processamento de dados	18	(7.086)	(6.603)	(11.557)	(10.957)
Estruturas	13	(8.804)	(8.252)	(8.887)	(14.445)
Veículos	20	(575)	(353)	(5.599)	(5.436)
Total		(104.463)	(101.485)	(140.045)	(153.494)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	187	219
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	2.125	2.203	5.413	6.341
Móveis e utensílios	1.363	1.629	2.083	2.670
Máquinas e equipamentos	4.484	4.844	5.829	13.630
Equipamentos de processamento de dados	576	907	1.071	1.533
Estruturas	296	801	373	6.525
Veículos	427	66	597	594
Imobilizado em andamento	141	123	144	164
Total	9.412	10.573	15.697	31.676

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Custo	-	11.826	11.800	16.269	16.574
Amortização	20	(8.804)	(7.509)	(12.170)	(11.229)
Total		3.022	4.291	4.099	5.345

c) Composição do imobilizado reavaliado**Controladora:**

	2017		2016	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	606	(429)	177	212
Máquinas e equipamentos	2.129	(980)	1.149	1.226
Equipamentos de processamento de dados	209	(145)	64	69
Equipamentos Aurolights - incorporação	95	(67)	28	-
	28.373	(26.955)	1.418	1.507
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(483)	(512)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			935	995

Notas Explicativas

Consolidado:

	2017		2016	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.182	(936)	246	305
Máquinas e equipamentos	3.911	(2.267)	1.644	1.773
Equipamentos de processamento de dados	276	(209)	67	72
Equipamentos Aurolights - incorporação	95	(67)	28	-
	30.798	(28.813)	1.985	2.150
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(675)	(731)
Eliminações do consolidado (i)			(375)	(424)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			935	995

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	10.573	12.893	31.676	37.790
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	391	216	704	599
Móveis e utensílios	32	386	89	762
Máquinas e equipamentos	227	239	587	1.385
Equipamentos de processamento de dados	103	132	355	340
Estruturas	-	241	148	675
Veículos	442	-	452	-
Adiantamentos de imobilizado	165	512	139	408
Transferência de ativo imobilizado - Incorporação ⁽¹⁾	31.559	-	31.559	-
Total de adições	32.919	1.726	34.033	4.169
Baixas líquidas	(11.273)	(56)	(23.191)	53
Depreciação	(3.191)	(3.990)	(5.215)	(9.520)
Depreciação - Incorporação ⁽¹⁾	(19.616)	-	(21.512)	-
Efeitos de variação cambial	-	-	(94)	(816)
	(34.080)	(4.046)	(50.012)	(10.283)
Saldo final	9.412	10.573	15.697	31.676

(1) O total residual dos ativos transferidos por incorporação é de R\$11.943 e referem-se substancialmente aos montantes de R\$6.540 no grupo de máquinas e equipamentos, R\$4.749 no grupo de estruturas e R\$654 em outros. Em dezembro de 2017 parte relevante desses ativos foi baixada por venda e em 31 de dezembro de 2017 o saldo residual dos ativos transferidos por incorporação é de R\$670.

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios de R\$355, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 31 de dezembro de 2017, há aproximadamente R\$14.298, ainda em uso, totalmente depreciados.

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	4.291	5.678	5.345	7.136
Adições:				
Software	26	1	353	297
Transferência de intangível - Incorporação	29	-	29	-
Amortização ⁽¹⁾	(1.296)	(1.388)	(1.678)	(1.819)
Amortização - Incorporação	(24)	-	(26)	-
Baixas líquidas	(4)	-	76	(269)
Saldo final	3.022	4.291	4.099	5.345

(1) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 25.b).

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores nacionais	22.001	23.801	68.709	52.337
Fornecedores estrangeiros	173	340	368	371
Total	22.174	24.141	69.077	52.708

Notas Explicativas

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Debêntures (a)	CDI + 2,40%	25.637	43.377	25.637	43.377
Empréstimo (b)	3,5%	72	157	72	157
Total		25.709	43.534	25.709	43.534
Parcela do passivo circulante		17.376	18.462	17.376	18.462
Parcela do passivo não circulante		8.333	25.072	8.333	25.072

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora e Consolidado
2019	8.333
Total	8.333

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 11 de março de 2015, o Instrumento Particular de Escritura da segunda emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 50 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$50.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 11 de março de 2015.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por:

- Cessão fiduciária, dos direitos de patrocínio e nomeação das casas de espetáculo.
- Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

b) Empréstimos e financiamentos

A modalidade de crédito BNDES - Fimane crédito disponibilizado com destinação única e exclusiva para a aquisição de equipamentos, vencimento de 54 meses com taxa de 3,5% ao ano e prazo de quitação para outubro de 2018. A linha de crédito foi utilizada para a casa de espetáculo KM de Vantagens Hall em Belo Horizonte.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
COFINS a recolher	380	1.695	708	2.343
PIS a recolher	79	367	148	506
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.546	1.284	1.898	1.657
IRPJ e CSLL a recolher	649	-	9.080	2.249
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	349	252	217	252
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	798	292
IVA - imposto de valor agregado	-	-	1.025	2.272
ICMS a recolher - faturamento	(37)	-	(201)	-
INSS de terceiros a recolher	167	229	286	332
Outros	118	149	690	350
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	455	326
Passivo circulante	3.251	3.976	15.104	10.579
Parcelamento de ISS (b)	1.354	935	1.354	935
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	3.939	3.997	3.939	3.997
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	459	1.482
Passivo não circulante	5.293	4.932	5.752	6.414

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 30 de setembro de 2017, o saldo remanescente era de R\$3.939 (R\$3.997 em 31 de dezembro de 2016). O presente saldo foi objeto de quitação com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social conforme previsto na Portaria Conjunta PGFN / RFB Nº15/2014, pendente de posterior homologação por parte da Receita Federal do Brasil.

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de dezembro de 2017 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.703 (R\$1.187 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 31 de dezembro de 2017 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 84 meses); (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 12 meses).

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contratos de "naming rights" (a)	12.246	3.834	12.246	3.834
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	13.271	6.083	25.913	15.563
Eventos privados (b.2)	10.233	795	10.260	1.034
Vendas antecipadas de ingressos (c)	122.315	67.284	147.540	75.724
Locação de equipamentos	-	-	-	336
Total	158.065	77.996	195.959	96.491

(a) Contratos de "naming rights": consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

20. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica "Caixa restrito" (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são recolhidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor	2017	2016
		aprovado		
Wicked	15 9521	18.106	-	249
Os Miseráveis	16 3306	14.935	331	-
Fuerza Bruta - LOOK UP!	17 6997	3.360	1.951	-
Fantasma da Ópera	17 8343	9.690	2.000	-
Total		46.091	4.282	249

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas	7.863	6.661	9.345	7.650
Cíveis	13.766	14.686	14.097	15.027
Tributários	186	176	443	423
Total	21.815	21.523	23.885	23.100
Não circulante	21.815	21.523	23.885	23.100

Notas Explicativas

21.1) Provisões tributárias

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 92.186 (R\$81.076 em 31 de dezembro de 2016).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de dezembro de 2017, o montante global desses processos, era de aproximadamente R\$ 47.767.

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2017, o valor estimado do processo é R\$ 12.321 (R\$11.692 em 31 de dezembro de 2016).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2017, o valor envolvido era de R\$ 5.298 (R\$5.007 em 31 de dezembro de 2016).

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso aos autos de infração citados, e espera julgamento definitivos na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado dos dois processos é de R\$11.771 (R\$11.158 em 31 de dezembro de 2016).

e) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autou a Companhia no montante aproximado de R\$17.071 para data base de 31 de dezembro de 2017, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bitributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, valor estimado de 50% do total, e remota para o item (ii), em montante correspondente a 50% do total acima informado.

f) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$2.639 (R\$7.784 em 31 de dezembro de 2016).

21.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$8.264 (R\$10.517 em 31 de dezembro de 2016).

21.3) Provisões cíveis e outras

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 29.611 (R\$23.987 em 31 de dezembro de 2016).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvinde em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinde, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de dezembro de 2017 é de aproximadamente R\$2.123 (R\$2.039 em 31 de dezembro de 2016) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas por Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas ("ACP") a saber: (i) ACP proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.133, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível; (ii) ACP proposta pela ADECON - Associação dos Consumidores do Rio Grande do Sul, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$2.317 em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada improcedente em 2ª instância e de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível, e aguarda-se julgamento de recurso do autor da ação.

c) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas relacionadas às apresentações de "Quidam", nas aludidas localidades, nos períodos de junho a setembro de 2009, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.012, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento; (ii) ACP proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$330.722, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda em ambos os casos é possível.

Notas Explicativas

d) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de dezembro de 2017 o valor em discussão é de R\$ 1.536 (R\$1.402 em 31 de dezembro de 2016). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2017, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$24.698 (R\$24.780 em 31 de dezembro de 2016).

21.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	2016	Provisão (reversão)	Atualização monetária	2017
Trabalhistas	6.661	371	831	7.863
Cíveis	14.686	(1.046)	126	13.766
Tributário	176	-	10	186
Total	21.523	(675)	967	21.815

Consolidado	2016	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	2017
Trabalhistas	7.650	1.020	(179)	895	(41)	9.345
Cíveis	15.027	(1.016)	-	134	(48)	14.097
Tributário	423	-	-	20	-	443
Total	23.100	4	(179)	1.049	(89)	23.885

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor contabilizado como outras obrigações refere-se quase em sua totalidade a valores a serem repassados à clientes pela administração de bilheteria e venda de ingressos de eventos de terceiros de acordo com o fluxo estabelecido em contrato.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017 e em 2016, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 67.500.665 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

	2017
Lucro líquido do exercício	44.354
(-) Reserva legal	(2.218)
Base de cálculo dos dividendos obrigatórios	42.136
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	10.534

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício ajustado.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 33).

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de maio de 2017, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 18 meses, a compra de até 2.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento (“Programa de Recompra” ou “Programa”).

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Mercado das Ações (R\$ mil)*
34.400	263	7,66	8,01	8,18	253

24. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta:				
Serviços	466.432	489.696	702.697	859.379
Produtos	867	1.737	21.051	31.638
Impostos incidentes	(60.681)	(63.187)	(70.853)	(98.563)
Receita líquida	406.618	428.246	652.895	792.454

Notas Explicativas

25. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(22.992)	(21.500)	(35.379)	(36.993)
Serviços de terceiros	(19.994)	(19.306)	(25.464)	(27.131)
Utilidades e facilidades	(1.513)	(1.182)	(4.411)	(4.738)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(134)	351	(803)	371
Outras despesas operacionais	(1.333)	(2.337)	(5.317)	(6.888)
Despesas operacionais	(45.966)	(43.974)	(71.374)	(75.379)
Vendas	(782)	(795)	(1.470)	(2.028)
Gerais e administrativas	(38.243)	(35.347)	(60.983)	(64.490)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(6.941)	(7.832)	(8.921)	(8.861)
Total das despesas por natureza	(45.966)	(43.974)	(71.374)	(75.379)

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(145.999)	(187.513)	(203.450)	(279.693)
Transportes e locações	(39.540)	(52.221)	(56.657)	(72.358)
Serviços de terceiros	(48.208)	(34.225)	(70.581)	(60.769)
Viagens e locomoção	(7.778)	(7.749)	(10.097)	(11.840)
Utilidades e facilidades	(26.772)	(26.339)	(31.779)	(37.363)
Mídia e publicidade	(17.499)	(13.994)	(25.538)	(23.833)
Depreciação e amortização	(4.487)	(5.378)	(6.893)	(11.339)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(4.724)	(3.973)	(9.092)	(11.321)
Custos de produção	(21.369)	(25.815)	(104.084)	(149.856)
Total	(316.376)	(357.207)	(518.171)	(658.372)

26. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e bonificações	(11.847)	(12.468)	(23.871)	(28.239)
Despesa de férias	(1.470)	(1.298)	(1.783)	(1.865)
Despesa de 13º salário	(1.039)	(980)	(1.541)	(1.756)
Encargos sociais	(4.913)	(5.276)	(7.877)	(9.365)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(3.325)	(1.617)	(3.414)	(1.689)
Pagamentos baseados em ações	(1.120)	(631)	(1.120)	(631)
Outros benefícios a empregados (i)	(4.002)	(3.203)	(4.865)	(4.769)
Total de despesas com benefícios a empregados	(27.716)	(25.473)	(44.471)	(48.314)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(4.724)	(3.973)	(9.092)	(11.321)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(22.992)	(21.500)	(35.379)	(36.993)
Total	(27.716)	(25.473)	(44.471)	(48.314)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(865)	(838)	(5.255)	(7.164)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(427)	(228)	(3.078)	(4.379)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	(669)	(458)	(669)	(458)
Juros com debêntures	(4.177)	(7.699)	(4.177)	(7.699)
Outras	(3.301)	(3.338)	(1.460)	(1.338)
Total	(9.439)	(12.561)	(14.639)	(21.038)
Receitas financeiras:				
Juros ativos	331	563	3.000	4.482
Rendimentos de aplicações financeiras	8.461	8.878	12.022	16.345
Outras	291	1.479	186	395
Total	9.083	10.920	15.208	21.222
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(4.851)	(22.063)	(11.625)	(22.211)
Ativas	4.902	20.053	10.619	12.737
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(137)	(309)	(159)	(341)
Ativas	1.500	1.885	2.306	2.848
Total	1.414	(434)	1.141	(6.967)

Notas Explicativas

28. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS LÍQUIDAS

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
Resultado na baixa de ativo imobilizado
Outras
Total

Controladora		Consolidado	
2017	2016	2017	2016
(510)	(1.957)	(2.659)	(5.863)
5.543	23	5.543	3
(12)	871	1.886	442
5.021	(1.063)	4.770	(5.418)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

Despesa de IRPJ corrente
Despesa de CSLL corrente
IRPJ e CSLL diferidos
Total

Controladora		Consolidado	
2017	2016	2017	2016
(1.720)	-	(9.812)	(7.624)
(634)	-	(1.061)	(382)
(15.158)	(7.983)	(13.691)	(12.471)
(17.512)	(7.983)	(24.564)	(20.477)

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

Lucro do período antes do IRPJ e da CSLL
Alíquota vigente
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:
Multas e despesas indedutíveis
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas
Controlada tributada por meio de lucro presumido
Controlada tributada no exterior
Resultado de equivalência patrimonial
Plano de remuneração baseado em ações
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento
Outros itens
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL

Controladora		Consolidado	
2017	2016	2017	2016
61.866	34.575	69.830	46.502
34%	34%	34%	34%
(21.034)	(11.756)	(23.742)	(15.811)
(94)	(57)	(213)	(266)
-	-	(931)	(1.551)
-	-	1.062	1.856
-	-	(425)	(4.919)
3.914	3.620	-	-
(381)	(214)	(381)	(214)
-	688	-	688
83	(264)	66	(260)
(17.512)	(7.983)	(24.564)	(20.477)
28%	23%	35%	44%

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	2015	Variação	2016	Variação	2017		
Controladora							
Impostos diferidos ativos sobre:							
Não circulante:							
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 14b)	21.066	(6.748)	14.318	(14.318)	-		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	197	(119)	78	113	191		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.637	681	7.318	99	7.417		
Prejuízos fiscais	33.891	609	34.500	(721)	33.779		
Base negativa de CSLL	13.219	79	13.298	(260)	13.038		
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(555)	(208)	(763)	7	(756)		
Outras provisões	4.022	(2.277)	1.745	(234)	1.511		
Total do ativo líquido	78.477	(7.983)	70.494	(15.314)	55.180		
		Reconhecidos em outros resultados abrangentes		Reconhecidos em outros resultados abrangentes			
	2015	Variação	2016	Variação	2017		
Consolidado							
Impostos diferidos ativos sobre:							
Não circulante:							
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 14b)	21.066	(6.748)	-	14.318	(14.318)	-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	735	(702)	107	141	258	10	409
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.637	894	-	7.531	112	34	7.677
Prejuízos fiscais	40.666	(7.519)	1.353	34.500	(591)	-	33.909
Base negativa de CSLL	13.219	79	-	13.298	(260)	-	13.038
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(555)	(208)	-	(763)	7	-	(756)
Outras provisões	5.819	(1.982)	277	4.114	1.521	(385)	5.250
Total do ativo	87.587	(16.186)	1.737	73.139	(13.271)	(341)	59.527
Impostos diferidos passivos sobre:							
Não circulante:							
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(705)	239	-	(466)	263	-	(203)
Total do passivo	(705)	239	-	(466)	263	-	(203)
Total líquido	86.882	(15.947)	1.737	72.673	(13.008)	(341)	59.324

Notas Explicativas

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	26.262	26.577
Diferenças temporárias dedutíveis	619	68
	26.881	26.645
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	9.140	9.059

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2018	4.188	4.809
2019	5.922	6.543
2020	7.547	8.168
2021	8.335	8.956
2022	9.230	9.851
2023	9.809	10.430
2024	10.149	10.770
Total	55.180	59.527

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 17, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº6) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 23).

30.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			2017	2016
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(25.709)	(43.534)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	8.234	1.749
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	130.708	97.533
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	13.1	21.217	15.370
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Outros passivos financeiros	13.1	(27.849)	(30.484)
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	122.684	46.426
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(22.174)	(24.141)
Total de exposição			207.111	62.919
Efeito no resultado			(142)	(11.053)

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			2017	2016
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(25.709)	(43.534)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	20.699	8.989
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	177.316	128.472
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	13.1	7.957	6.436
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	174.193	68.188
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(69.077)	(52.708)
Total de exposição			285.379	115.843
Efeito no resultado			3.721	(2.368)

Notas Explicativas

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de 2,09% ao ano para a emissão de 2010 e 2,40% ao ano para a emissão de 2015 (nota explicativa nº 17).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 27).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, aproximam-se dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

30.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo não possui esse tipo de instrumentos financeiros contratados.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
Bancos	Empréstimos e recebíveis	Dólar	8.234	1.749	8.234	1.749
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Dólar	-	14.314	-	14.314
Mútuo com controlada no Peru	Empréstimos e recebíveis	Dólar	3.355	2.103	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Outros passivos financeiros	Dólar	(23.541)	(22.604)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólar	(173)	(340)	(368)	(371)
Total de exposição			(12.125)	(4.778)	7.866	15.692
Efeitos no resultado			(127)	(1.309)	177	390

• Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

• Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;

• Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$5.500 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;

• Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 31 de dezembro de 2017 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

Rubrica	Risco	Controladora			
		Cenário			
		2017	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(25.637)	(26.782)	(27.216)	(27.649)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(72)	(74)	(74)	(75)
Aplicações financeiras	Redução	127.391	136.029	138.067	140.354
Exposição líquida		101.682	109.173	110.777	112.630

Notas Explicativas

	Risco	2017	Consolidada Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(25.637)	(27.367)	(27.801)	(28.234)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(72)	(74)	(75)	(75)
Aplicações financeiras	Redução	177.316	201.634	208.546	215.458
Exposição líquida		151.607	174.193	180.670	187.149

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$7.491 e R\$22.586 (controladora e consolidado) nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,40% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$9.095 e R\$29.063 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$10.948 e R\$35.542 (controladora e consolidado, respectivamente).

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de dezembro de 2017 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	2017	Controladora Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	8.234	8.214	10.268	12.321
Fornecedores	Aumento	(173)	(173)	(216)	(259)
Exposição líquida		8.061	8.041	10.052	12.062

	Risco	2017	Consolidado Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	20.699	20.649	25.811	30.973
Fornecedores	Aumento	(368)	(367)	(459)	(551)
Exposição líquida		20.331	20.282	25.352	30.422

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$20 e R\$49 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$1.991 e R\$5.021 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$4.001 e R\$10.091 (controladora e consolidado, respectivamente).

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 27).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

31. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		2017	2016
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	62.400	63.896
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	168.590 230.990	124.706 188.602

32. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Até o 1º ano	14.184	16.407
Do 2º ao 5º ano	32.547	33.053
Total	46.731	49.460

c) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$61.215.

d) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido nos processos administrativos contra a Inspiração é de R\$ 30.056 para 31 de dezembro de 2017.

33. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano"), ratificado em 13 de janeiro de 2011, alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 e prorrogada pela Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2016. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do Plano.

As parcelas anuais, cujo período de "vesting" não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Notas Explicativas

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo “Black & Scholes”. Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

Ano de outorga	Quantidade de opções outorgadas	Valores registrados no resultado até	Valores registrados no resultado em	Valores a registrar em períodos futuros
		2016	2017	
2007	1.256.666	2.869	-	-
2008	505.576	1.414	-	-
2010	119.373	195	-	-
2012	438.300	805	-	-
2013	406.000	411	7	-
2014	1.322.000	211	-	-
2015	950.000	249	135	101
2016	488.000	-	487	592
2017	1.200.000	-	491	911
Total	6.685.915	6.154	1.120	1.604

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Planos individuais para cada executivo contemplado													
Datas de outorga	28/09/2007	01/10/2007	23/02/2010	04/07/2012	24/10/2012	01/07/2013	01/07/2014	10/11/2014	01/04/2015		28/04/2016	18/08/2017	
Número de executivos contemplados	1	1	1	2	8	10	13	1	8	1	6	24	
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	23/02/2017	01/10/2014	23/02/2017	15/04/2017		01/07/2017	01/07/2018	30/12/2018	14/04/2020		27/04/2021	14/04/2022	
Volatilidade do preço da ação	32,98%			34,60%	34,60%	37,39%	36,85%	38,80%	41,72%		54,77%	20,75%	
Taxa de juros livre de risco	12,06%			12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%		13,25%	1,86%	
Preço para exercício por opção R\$	10,98			11,93	11,93	6,02	5,03	4,77	2,36		6,03	4,31	
Indexador	Não indexado			Indexado pelo IGP-M				Não indexado		Indexado pelo IGP-M		Não indexado	Indexado pelo IGP-M
Preço para trimestre, corrigido - R\$	10,98			15,52	15,52	7,37	5,79	4,77	2,63		4,77	5,99	
Valor justo por opção – R\$:													
Série 1	5,02	5,02	-	5,04	1,54	1,51	0,79	0,12	0,49	0,27	2,50	1,67	
Série 2	5,02	5,02	1,48	5,00	1,95	1,68	0,97	0,18	0,56	0,4	3,19	1,69	
Série 3	5,02	5,02	2,22	4,95	2,17	1,76	1,07	-	-	0,5	3,71	1,75	
Série 4	5,50	5,51	2,74	4,89	2,31	1,81	1,12	-	-	0,56	4,14	1,81	

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das informações contábeis de 31 de dezembro de 2017, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

Movimentação das opções de compra de ações do exercício:

	2017		2016	
	Opções	Preço médio outorgado - R\$	Opções	Preço médio outorgado - R\$
Posição do início do ano	2.795.526	5,02	2.489.526	5,02
Outorgadas	1.200.000	4,31	488.000	6,03
Canceladas	-		(182.000)	4,20
Exercíveis no fim do exercício	3.995.526	4,67	2.795.526	5,08

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Notas Explicativas

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

	Consolidado			
	2017			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	406.557	153.833	92.505	652.895
Custos	(407.878)	(110.293)	-	(518.171)
Lucro bruto	(1.321)	43.540	92.505	134.724
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(17.138)	(12.448)	-	(29.586)
	(18.459)	31.092	92.505	105.138
Despesas administrativas				(37.018)
Resultado financeiro				1.710
Lucro antes dos impostos				69.830

	Consolidado			
	2016			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	563.880	136.112	92.462	792.454
Custos	(551.593)	(106.779)	-	(658.372)
Lucro bruto	12.287	29.333	92.462	134.082
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(19.250)	(23.114)	-	(42.364)
	(6.963)	6.219	92.462	91.718
Despesas administrativas				(38.433)
Resultado financeiro				(6.783)
Lucro antes dos impostos				46.502

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
<u>Receita líquida</u>		
Argentina	75.567	207.978
Brasil	461.499	497.566
Chile	100.350	86.910
Peru	15.479	-
	652.895	792.454

	Consolidado	
	2017	2016
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>		
Argentina	25.393	40.596
Brasil	98.710	81.388
Chile	11.485	12.106
Peru	(864)	(8)
	134.724	134.082

	Consolidado	
	2017	2016
<u>Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos</u>		
Argentina	13.911	18.199
Brasil	54.469	27.044
Chile	2.842	2.756
Peru	(1.464)	(1.353)
USA	72	(144)
	69.830	46.502

35. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$16 na controladora e R\$19 no consolidado (R\$91 na controladora e R\$453 no consolidado em 31 de dezembro de 2016).
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais redução no montante de R\$1.049 (R\$7.448 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

36. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 33).

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	44.354	26.592
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	67.466.265	67.500.665
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	69.997.265	68.390.665
Lucro básico por ação - em reais	0,6574	0,3810
Lucro diluído por ação - em reais	0,6337	0,3762

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 05 de março de 2018.
